

SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARAS OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo Saraiva participa do segmento editorial, com a comercialização de livros e conteúdo por meio da Saraiva S.A. Livresiros Editores (“Editora”), e do segmento de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação, por meio da Saraiva e Siciliano S.A. (“Varejo”).

A estrutura societária do Grupo tem a Editora como controladora do Varejo através da participação direta de 99,98% de suas ações ordinárias. A Editora é Empresa controlada pela família “Saraiva”.

A Editora, fundada em 1914, é uma sociedade anônima brasileira de capital aberto com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa.

As atividades principais da Editora estão relacionadas: (a) à edição de livros para os níveis de ensino fundamental e médio, paradidáticos, jurídicos e de economia e administração; (b) à formatação de conteúdo digital; e (c) ao desenvolvimento de conteúdo editorial didático para o Ético Sistema de Ensino (“Ético”) destinado a escolas particulares e Agora Sistema de Ensino, focado na rede pública. As operações da Editora são bastante sazonais, concentrando 74% das vendas no primeiro e último trimestres do ano, determinadas por dois fatores: (a) período de “volta às aulas” no primeiro trimestre; e (b) venda de livros didáticos para o governo no quarto trimestre.

O Varejo é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante no varejo de livros, periódicos, DVDs, música, artigos de papelaria, multimídia, informática, produtos eletroeletrônicos e conteúdo digital. A distribuição é realizada por meio da plataforma de vendas pela Internet e de uma rede composta por 105 lojas, sendo 50 do tipo “Mega Store”, 5 no formato “iTown”, 19 “Novas Tradicionais” e 31 tradicionais. As atividades com as franquias foram encerradas em novembro de 2011.

Em 23 de maio de 2011, a Editora constituiu, em associação com Artmed Editora S.A., Atlas S.A. e GEN - Grupo Editorial Nacional Participações S.A., a sociedade Minha Biblioteca Ltda. (“Minha Biblioteca”). A participação da Editora é de 25% e o controle dessa sociedade é compartilhado entre os empreendedores em conformidade com o Acordo de Sócios.

A Minha Biblioteca é uma sociedade de responsabilidade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atividade preponderante na edição, distribuição e comercialização de livros digitais (“e-books”) e outros conteúdos, no mercado de atacado e varejo, no território nacional e internacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. *Declaração de conformidade*

As demonstrações contábeis compreendem:

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações contábeis individuais da Editora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações contábeis individuais da Editora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP, que diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações contábeis separadas no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). De acordo com o BRGAAP, a avaliação deve ser feita pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS é exigida a avaliação pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado apresentados nas demonstrações contábeis individuais da Editora. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações contábeis individuais da Editora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2013 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2012.

2.2. *Base de mensuração*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. *Moeda funcional e de apresentação*

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

2.4. *Principais fontes de julgamento e estimativas*

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 5
- b) Provisão para perdas com estoques – nota explicativa nº 6
- c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 8
- d) Redução dos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 11
- e) Redução ao valor de recuperação do ágio – nota explicativa nº 12
- f) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 14
- g) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 18
- h) Valor justo dos instrumentos financeiros – nota explicativa nº 27

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas a seguir são adotadas pela Editora, Varejo e Minha Biblioteca e foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação e investimentos em controlada e controlada em conjunto

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Editora, do Varejo, empresa controlada, e da Minha Biblioteca, empresa controlada em conjunto, encerradas na mesma data-base. A Editora controla as políticas financeiras e operacionais do Varejo para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações contábeis individuais da Editora, as informações contábeis do Varejo e da Minha Biblioteca são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Controlada em conjunto (“joint venture”)

Controlada em conjunto (“joint venture”) é um acordo contratual através do qual o exercício de uma atividade econômica está sujeito a um controle compartilhado, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

As demonstrações contábeis relacionadas à Minha Biblioteca são reconhecidas por consolidação proporcional de acordo com a participação societária, combinando a participação em cada um dos ativos, passivos, receitas e despesas com itens similares, linha a linha, nas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis relacionadas ao Varejo e a Minha Biblioteca são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pela Editora.

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Editora e as empresas controlada e controlada em conjunto, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são

eliminados contra o investimento na proporção da participação da Editora nas empresas investidas. Entretanto, os Prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Receitas operacionais

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados às mercadorias e aos produtos vendidos. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

As receitas com prestação de serviços são reconhecidas pelo regime de competência de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir, bem como o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

As vendas que resultam na emissão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo (“Saraiva Plus”) são contabilizadas como receita diferida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. A receita diferida é reconhecida ao resultado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e por expiração do direito de uso dos pontos.

c) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

d) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data em que são assinados os contratos.

A baixa de um ativo financeiro é realizada quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros não derivativos são classificados nas seguintes categorias:

i)Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Editora e sua controlada e controlada em conjunto gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Editora e sua controlada e controlada em conjunto. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

ii)Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data em que são assumidas as disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são baixados quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Compreendem as operações cujo valor se altera em resposta a mudanças na taxa de câmbio, liquidadas em datas futuras. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e ajustados pelo valor justo na data de encerramento de cada exercício. Os ganhos e as perdas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. São consideradas nessa categoria as operações de “swap” para os empréstimos em moeda estrangeira.

e) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

f) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou do processo de edição de livros e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior. No caso do Varejo é constituída provisão para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

Periodicamente a Administração da Editora realiza análise do estoque e, quando identificados livros deteriorados ou edições descontinuadas pelo mercado, o valor correspondente ao custo dos livros é reconhecido diretamente no resultado.

g) Investimentos

Os investimentos em controlada e controlada em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O lucro não realizado decorrente das operações de venda de produtos com o Varejo é eliminado no cálculo de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear à taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (nota explicativa nº 11). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Editora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois o menor (nota explicativa nº 11).

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i) Intangível

Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada.

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos e amortizados linearmente pelo prazo de locação.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ágio

Atualmente o ágio apurado na aquisição de empresas representa o excesso do valor pago na aquisição em relação à participação no valor justo dos ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes das empresas adquiridas reconhecidos na data da aquisição. O ágio, inicialmente reconhecido pelo valor justo é, subsequentemente, avaliado pelo seu valor de recuperação. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não foram realizadas novas aquisições que resultassem na aplicação da combinação de negócios.

O ágio apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é resultante da aquisição e incorporação de empresas adquiridas entre 2003 e 2008 e foi amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser submetido ao teste de recuperação em bases anuais e independentemente da existência de indicadores de perda.

j) Avaliação do valor recuperável dos ativos

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido sob condições não admitidas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado é considerada tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A avaliação de perda de valor recuperável de forma coletiva é baseada nas tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros - ágio

A redução ao valor de recuperação é determinada pela diferença entre o valor contábil e o valor de recuperação, definido como sendo o valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) para as quais o ágio foi alocado. O valor em uso de cada UGC é calculado pela estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados por taxa de desconto considerada adequada pela Administração.

A avaliação da capacidade de recuperação do valor contábil do ágio é realizada através da sua alocação às Unidades Geradoras de Caixa - UGCs que representam os níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, assim definidas pela Administração como sendo as operações do Ético e as lojas adquiridas da Siciliano S.A. (“Siciliano”). Para os casos em que o valor de recuperação é inferior ao valor contábil é constituída provisão para perda por redução ao valor recuperável, reduzindo primeiramente o valor do ágio e, subsequentemente, o valor dos demais ativos da UGC. A perda é reconhecida no resultado e não será revertida em períodos subsequentes.

O valor recuperável do ágio é testado anual e independentemente da existência de indicadores de perda de seu valor de recuperação.

Ativos não financeiros – demais ativos

Os bens do imobilizado, do intangível com vida útil definida e, quando aplicável, de outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas do valor recuperável, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode estar superior ao seu valor de recuperação. Somente para os ativos com indicação de perda de valor recuperável verificada através dos indicadores de desempenho operacional e financeiro definidos pela Administração será realizado o teste de redução ao valor recuperável.

A avaliação da capacidade de recuperação do valor contábil dos ativos imobilizado e intangível é realizada através da sua alocação às UGCs, que representam os níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, assim definidas pela Administração como sendo a operação da Editora, as lojas e o comércio eletrônico Saraiva.com do Varejo. Para os casos em que o valor recuperável da UGC é inferior ao valor contábil é constituída provisão para perda por redução ao valor recuperável. O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda do ativo. A perda é reconhecida no resultado do período em que foi identificada.

k) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

Os empréstimos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e estão vinculados a operações de “swap”, registradas pelo regime de competência a valor justo. Os ganhos e as perdas auferidos ou

incorridos em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes no resultado financeiro.

l) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

m) Direitos autorais

Calculados e registrados como despesas operacionais no momento da realização das vendas e, em alguns casos, como custo da produção, no momento da edição.

n) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando a perda é julgada provável e pelo seu montante estimado de perda, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Editora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 18.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

o) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os demais casos são classificados como arrendamento operacional.

- **Arrendamentos operacionais**

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

- **Arrendamentos financeiros**

Capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida às correspondentes obrigações, líquidas dos encargos

financeiros, registradas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato.

p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

- Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, com base no lucro contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL do Varejo e sobre diferenças temporárias da Editora e do Varejo. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

Reclassificações

Para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012, os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos registrados em 31 de dezembro de 2011 no ativo não circulante no montante de R\$1.897 na Editora e R\$43.044 no consolidado foram reclassificados para imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante.

q) Receita diferida – programa de fidelização de clientes

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica “receita diferida - programa de fidelização” pelo valor justo dos pontos acumulados e reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos e pela amortização de parte do saldo de provisão

relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

O valor justo é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao crédito e ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de expiração do direito de utilização dos pontos pelos clientes. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 1º de abril de 2011 a cada 1.000 pontos o cliente tem o direito a R\$ 15,00 de desconto em compras futuras de qualquer produto em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo.

r) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo é reconhecido se há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

s) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Editora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 19.e).

O valor justo das opções de compra determinado na data da outorga de cada plano é registrado pelo método linear como despesa ao resultado dos exercícios durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas. No encerramento de cada exercício, a Administração revisa as estimativas, e o impacto em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado dos exercícios, refletindo as estimativas revisadas.

t) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Editora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Editora. Por outro lado, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica “dividendos adicionais propostos”.

u) Apresentação do lucro líquido por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 26.

v) *Receitas financeiras e despesas financeiras*

O resultado financeiro compreende basicamente os juros ativos e passivos oriundos, respectivamente, de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Esses juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

w) *Informação por segmento*

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação.

x) *Demonstração do valor adicionado (“DVA”)*

A DVA apresentada pela Editora tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

y) *Novas normas e alterações e interpretações de normas*

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações contábeis. Aquelas que podem ser relevantes estão mencionadas abaixo. A Editora e as empresas controlada e controlada em conjunto não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual são mantidas as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros, mas nenhum impacto nos passivos financeiros do Grupo.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

IFRS 10 *Consolidated Financial Statements* (Demonstrações Contábeis Consolidadas) (CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas), IFRS 11 *Joint Arrangements* (Negócios em conjunto) (CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto) e IFRS 12 *Disclosure of Interests in Other Entities* (Divulgação de Participações em Outras Entidades) (CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades)

O IFRS 10 / CPC 36(R2) introduz um modelo de controle único para determinar se um investimento deveria ser consolidado. Em decorrência disso, a Editora talvez mude a sua conclusão de consolidação em relação a empresa controlada em conjunto, que pode gerar mudanças na forma atual de contabilização (veja nota explicativa nº10).

De acordo com o IFRS 11 / CPC 19(R2), a estrutura de um negócio em conjunto, embora ainda seja uma consideração importante, não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio em conjunto e, conseqüentemente, da contabilização subsequente.

A participação em um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*), que é um acordo no qual as partes tem direitos sobre os ativos líquidos, será registrado somente por equivalência patrimonial e não mais será consolidado (veja nota explicativa nº10).

O IFRS 12 / CPC 45 consolida em uma única norma todos os requerimentos de divulgação sobre a participação de uma entidade em controladas, negócios em conjunto, coligadas e entidades estruturadas não consolidadas. A Editora está atualmente avaliando os requerimentos de divulgação na sua controlada e controlada em conjunto em comparação com as divulgações existentes. O IFRS 12 / CPC 45 requer a divulgação da informação sobre a natureza, riscos e efeitos financeiros dessas participações.

Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

z) *Determinação do valor justo*

Os valores justos são apurados para ativos e passivos financeiros e não-financeiros para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Editora - BR GAAP</u>		<u>Consolidado - IFRS e BR GAAP</u>	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Caixa e bancos - conta movimento	726	1.079	12.317	14.352
Aplicações financeiras (*)	53.880	83.545	74.718	87.257
	<u>54.606</u>	<u>84.624</u>	<u>87.035</u>	<u>101.609</u>

(*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam entre 75% a 102% da variação do Certificado de

Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Duplicatas a receber	99.617	81.858	102.543	87.936
Duplicatas a receber - Varejo	12.625	13.227	-	-
Cartões de crédito	16	89	267.460	285.857
Cheques a receber	<u>4.881</u>	<u>4.736</u>	<u>5.068</u>	<u>4.940</u>
	117.139	99.910	375.071	378.733
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.110)</u>	<u>(2.496)</u>	<u>(5.346)</u>	<u>(3.596)</u>
	<u>114.029</u>	<u>97.414</u>	<u>369.725</u>	<u>375.137</u>

O período médio de recebimento das vendas de produtos realizadas pela Editora (“duplicatas a receber”) é de 72 dias e do Varejo é de 56 dias.

Nenhum cliente representa mais de 10% do saldo total de contas a receber da Editora e as contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes operadoras: Cielo, Redecard e American Express.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada exercício é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

a) Saldos por vencimento

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
A vencer	110.553	92.062	368.204	368.639
Vencidos:				
Até 60 dias	4.164	2.791	4.387	3.315
De 61 a 90 dias	450	847	478	918
De 91 a 180 dias	908	571	938	649
Acima de 180 dias	<u>1.064</u>	<u>3.639</u>	<u>1.064</u>	<u>5.212</u>
	<u>117.139</u>	<u>99.910</u>	<u>375.071</u>	<u>378.733</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estimada com base na probabilidade de recebimento, de acordo com o histórico de inadimplência. Os créditos vencidos há mais de 180 dias, considerados irre recuperáveis, são mantidos em conta de provisão até o final do exercício em que são identificados e baixados das contas a receber de clientes no exercício seguinte.

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Saldos no início do exercício	(2.496)	(3.432)	(3.596)	(6.915)
Baixa dos créditos considerados irrecuperáveis	1.918	2.724	2.843	5.972
Créditos considerados irrecuperáveis no exercício	(2.311)	(1.918)	(4.225)	(2.843)
Reversão de provisão de exercício anterior	578	708	753	943
Provisão do exercício	<u>(799)</u>	<u>(578)</u>	<u>(1.121)</u>	<u>(753)</u>
Saldos no fim do exercício	<u><u>(3.110)</u></u>	<u><u>(2.496)</u></u>	<u><u>(5.346)</u></u>	<u><u>(3.596)</u></u>

O valor registrado ao resultado é como segue:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Créditos considerados irrecuperáveis no exercício	(2.311)	(1.918)	(4.225)	(2.843)
Provisão do período líquida da reversão de provisão de exercício anterior	(221)	130	(1.015)	190
Recuperação de créditos considerados irrecuperáveis	<u>307</u>	<u>279</u>	<u>332</u>	<u>302</u>
	<u><u>(2.225)</u></u>	<u><u>(1.509)</u></u>	<u><u>(4.908)</u></u>	<u><u>(2.351)</u></u>

6. ESTOQUES

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Mercadorias para revenda	653	692	258.956	263.305
Produtos acabados	80.697	69.506	80.697	69.506
Produtos em elaboração	58.819	50.827	58.819	50.827
Matérias-primas	8.811	11.358	8.811	11.358
Materiais de embalagem e consumo	<u>1.160</u>	<u>909</u>	<u>4.087</u>	<u>3.110</u>
	150.140	133.292	411.370	398.106
Lucro não realizado nos estoques (venda da Editora para o Varejo)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.624)</u>	<u>(7.656)</u>
	<u>150.140</u>	<u>133.292</u>	<u>402.746</u>	<u>390.450</u>

Provisão para perdas com estoques

A provisão para perdas está relacionada à obsolescência dos estoques. No caso do Varejo, a provisão corresponde aos estoques sem condição de venda, por deterioração, ou pelo giro abaixo das estimativas previstas. No caso da Editora, o valor correspondente ao custo dos livros deteriorados ou das edições descontinuadas pelo mercado é reconhecido diretamente ao resultado.

O item mercadoria para revenda do Varejo, está líquido de provisão para obsolescência no montante de R\$2.057 (R\$323 em 31 de dezembro de 2011).

O custo dos estoques reconhecido no resultado apresenta a seguinte composição:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	148.122	170.128	1.078.298	1.080.231
Despesas operacionais	<u>8.779</u>	<u>6.855</u>	<u>9.426</u>	<u>8.441</u>
	<u>156.901</u>	<u>176.983</u>	<u>1.087.724</u>	<u>1.088.672</u>

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS	7.181	7.078	51.733	47.403
Programa de Integração Social - PIS	768	742	11.091	10.150
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	2.941	3.052
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL	1.171	635	2.110	1.837
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	310	172
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (*)	-	12	77.770	54.526
Outros	10	10	78	79
	<u>9.130</u>	<u>8.477</u>	<u>146.033</u>	<u>117.219</u>
Ativo circulante	9.130	8.477	86.966	81.961
Ativo não circulante	-	-	59.067	35.258
	<u>9.130</u>	<u>8.477</u>	<u>146.033</u>	<u>117.219</u>

(*) Inclui o ICMS retido por substituição tributária no Estado de São Paulo, objeto de ressarcimento, no montante de R\$54.794 (R\$46.892 em 31 de dezembro de 2011).

A partir de 2008, o regime de substituição tributária de ICMS vigente no Estado de São Paulo passou a enquadrar grande parte dos produtos comercializados por diversas empresas do segmento de varejo, exigindo a adoção de procedimentos específicos para a adequada manutenção de registros fiscais necessários à recuperação de créditos gerados em operações realizadas para fora do território paulista.

Parte dos produtos comercializados pelo Varejo está sujeita ao regime de substituição tributária nas operações subsequentes, sendo os produtos enquadrados como segue:

- Produtos de áudio e vídeo - a partir de abril de 2008.
- Produtos de multimídia relacionados a “games” - a partir de setembro de 2008.
- Produtos de multimídia relacionados a consoles - a partir de maio de 2009.
- Produtos de papelaria e brinquedos - a partir de maio de 2009.
- Produtos de informática, telefonia e eletroeletrônicos - a partir de junho de 2009.

Por esse regime, o ICMS devido nas operações de venda do Varejo é pago antecipadamente na aquisição das mercadorias e registrado como custo do estoque no pressuposto de que as vendas a não contribuintes do ICMS ocorrerão no Estado de São Paulo. Nas operações de transferência dessas mercadorias dos Centros de Distribuição,

localizados em São Paulo, para as lojas estabelecidas em outros Estados da Federação, o ICMS pago antecipadamente transforma-se em crédito de imposto a ser ressarcido com o Estado de São Paulo, nos termos previstos na legislação estadual.

O processo de ressarcimento exige o atendimento de normativos legais previstos no Regulamento do ICMS-SP, Decreto nº 45.490/00, e Portaria CAT nº 17/99, que exige, entre outras atividades para a apuração do crédito, o desenvolvimento de um software para extração de dados históricos e sua formatação nos formatos exigidos.

A apuração dos créditos requer, ainda, um minucioso trabalho de certificação dos dados históricos obtidos atualmente com os mesmos dados apresentados em outras obrigações fiscais transmitidas à época dos períodos de enquadramento dos produtos e a preparação de relatórios e mídias com arquivos magnéticos que serão submetidos à avaliação das autoridades fiscais no processo de ressarcimento.

A Administração iniciou, em 2010, todo o esforço necessário para que os valores sejam apurados e homologados com sucesso, o que inclui: (a) discussões com entidades de classe e órgãos da administração pública; (b) contratação de consultoria especializada; e (c) investimentos em tecnologia e recursos humanos.

Em 12 de dezembro de 2011, foi publicado o Decreto nº 57.608, que estabeleceu a possibilidade de requerer Regime Especial para tornar os Centros de Distribuição localizados no Estado de São Paulo, que atualmente acumulam créditos nas operações de abastecimento da rede de lojas de outros Estados, em agentes responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do ICMS incidente sobre as saídas subsequentes.

Por meio do Regime Especial, as operações de abastecimento das lojas localizadas em outros Estados deixam de acumular créditos de ICMS nos Centros de Distribuição, e os créditos acumulados em períodos anteriores, observados os dispositivos legais da Portaria CAT nº 17/99, poderão ser compensados na escrita fiscal em até 36 meses, com o ICMS relativo às operações submetidas ao regime comum de tributação.

Em 12 de junho de 2012, o Varejo obteve o deferimento do Pedido de Regime Especial, instruído nos termos do Decreto 57.608/2011 com vigência a partir de 1 de julho de 2012, deslocando a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS incidente sobre as operações subsequentes para os Centros de Distribuição do Varejo nas operações de abastecimento de suas Lojas localizadas no Estado de São Paulo. Com o Regime Especial, os fornecedores do Varejo, definidos pela legislação estadual do ICMS e nos convênios e protocolos de que o Estado de São Paulo é signatário, como contribuintes substitutos tributários ficam desobrigados da retenção e recolhimento do imposto incidente sobre as operações subsequentes.

A medida evita o pagamento antecipado do ICMS sobre mercadorias destinadas a outros estados da Federação que se transformavam em créditos de difícil recuperação em virtude do processo legal estabelecido para o ressarcimento; congela o crédito acumulado de ICMS e permite sua utilização para o pagamento dos impostos gerados a partir da vigência do Regime Especial pelas operações de abastecimento de todas as Lojas da rede.

O valor do crédito de ICMS calculado sobre o estoque de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária existente em 30 de junho de 2012, data correspondente ao final do dia anterior ao da vigência do Regime Especial é de R\$4.568. O crédito será utilizado para

o pagamento do ICMS por substituição tributária gerado pelos Centros de Distribuição a partir de 1º de julho de 2012, em dez parcelas iguais e sucessivas, nos termos do Decreto 57.608/2011. O valor utilizado do crédito até a data de encerramento do exercício é de R\$2.741.

Em 12 de março de 2013, o Varejo obteve o deferimento do Aditamento ao Regime Especial, instruído nos termos do Decreto 57.608/2011, que autoriza a apresentação de Demonstrativo de Controle de Estoque diverso do previsto na Portaria CAT 17/99 para instruir o pedido de ressarcimento de créditos acumulados do período entre abril de 2008 e junho de 2012.

A medida promove uma simplificação relevante para o Varejo na condução do processo de ressarcimento e na apresentação das informações que serão utilizadas pela autoridade fiscal para certificação dos créditos.

O valor estimado do crédito de ICMS acumulado entre 1º de janeiro de 2010 e 30 de junho de 2012 e que será compensado na escrita fiscal a partir da data de concessão do Regime Especial é de R\$54.794 (R\$46.892 em 31 de dezembro de 2011), observados os dispositivos legais previstos no Decreto 57.608/2011. O valor do crédito para as operações realizadas em 2008 e 2009 está em fase final de levantamento, levando em consideração os novos procedimentos previstos no Aditamento ao Regime Especial obtido em 12 de março de 2013 e poderá ser razoavelmente conhecido quando forem concluídas as atividades de apuração, sendo assim tais montantes não estão reconhecidos nessas demonstrações contábeis.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	26.011	26.198
Provisões para riscos e impostos e contribuições a recolher	560	550	5.297	5.113
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	2	4	7.263	7.986
Programa de fidelização Saraiva Plus	-	-	1.623	2.278
Provisão para obsolescência de estoque	-	-	699	110
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	272	196	338	212
Outras provisões	<u>586</u>	<u>1.147</u>	<u>738</u>	<u>1.147</u>
	<u>1.420</u>	<u>1.897</u>	<u>41.969</u>	<u>43.044</u>
Passivo não circulante:				
Provisão para perdas com estoque de livros (*)	9.220	7.956	22.220	19.240
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	4.765	3.580	26.388	19.814
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Perda não realizada em operação de "swap"	-	-	6.729	2.710
Outros	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>3</u>
	<u>19.798</u>	<u>17.349</u>	<u>61.150</u>	<u>47.577</u>
	<u>18.378</u>	<u>15.452</u>	<u>19.181</u>	<u>4.533</u>

(*) A Editora e o Varejo, com base na opinião de seus advogados externos, consideram o incentivo fiscal instituído pela Lei nº 10.753/03, com redação alterada pela Lei nº 10.833/03, relacionado à dedutibilidade da provisão para perdas nos estoques, como um ajuste direto na base fiscal, reconhecendo-se os respectivos IRPJ e CSLL diferidos passivos.

A Administração considera o valor contábil dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Editora, realizáveis na proporção da solução final das ações judiciais impetradas; em relação aos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição

social e demais diferenças temporárias do Varejo, a Administração considera sua realização com base nos lucros tributáveis futuros, conforme segue:

<u>Data de encerramento do exercício</u>	<u>Realização do ativo fiscal diferido do Varejo</u>
31 de dezembro de 2013	15.595
31 de dezembro de 2014	8.876
31 de dezembro de 2015	11.527
31 de dezembro de 2016	<u>4.551</u>
	<u>40.549</u>

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	<u>Editora - BR GAAP</u>		<u>Consolidado - IFRS e BR GAAP</u>	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	93.635	85.004	105.761	89.659
Aliquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(31.835)	(28.901)	(35.959)	(30.484)
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(755)	(1.262)	(254)	(1.586)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	8.142	2.009	-	-
Efeito dos juros sobre o capital próprio	8.835	8.296	8.835	8.296
Lucro não realizado nos estoques do Varejo	-	-	(328)	(568)
Outros itens	<u>(1.012)</u>	<u>(226)</u>	<u>(1.040)</u>	<u>(396)</u>
	<u>(16.625)</u>	<u>(20.084)</u>	<u>(28.746)</u>	<u>(24.738)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Correntes	(13.700)	(18.233)	(14.100)	(18.233)
Diferidos	<u>(2.925)</u>	<u>(1.851)</u>	<u>(14.646)</u>	<u>(6.505)</u>
	<u>(16.625)</u>	<u>(20.084)</u>	<u>(28.746)</u>	<u>(24.738)</u>
Aliquota efetiva sobre o lucro líquido	<u>17.76%</u>	<u>23.63%</u>	<u>27.18%</u>	<u>27.59%</u>

c) Neutralidade para fins tributários da aplicação da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 (Lei nº 11.941/09)

A Editora e o Varejo optaram pelo Regime Tributário de Transição - RTT instituído pela Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), por meio do qual as

apurações do IRPJ, da CSLL e da contribuição para o PIS e a COFINS continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o IRPJ e a CSLL diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07, foram registrados nas demonstrações contábeis da Editora e do Varejo, quando aplicável, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributo sobre o Lucro (IAS 12). A Editora e o Varejo manifestaram a referida opção na Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ em 2009.

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos

As partes relacionadas com as quais a Editora mantém transações são:

- Varejo - empresa controlada.
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas.

As transações com as partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, doações e empréstimos de mútuo.

As transações comerciais de venda de livros da Editora para o Varejo são realizadas com base nos preços de capa dos livros e descontos normais concedidos para livreiros, acrescidos de descontos por volume de compra. A liquidação das contas a receber ocorre com a transferência de recursos financeiros do Varejo para a Editora nos prazos concedidos em cada pedido de compra.

Os empréstimos obtidos com e/ou concedidos para o Varejo possuem prazo de vencimento indeterminado e juros equivalentes a 101% da variação do CDI.

A movimentação dos empréstimos concedidos ao Varejo é como segue:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Saldos no início do exercício	52.310	16.550
Empréstimos concedidos		
liquidos dos recebimentos	(36.856)	63.936
Transferência - aumento de capital	-	(30.000)
Receitas financeiras	<u>4.239</u>	<u>1.824</u>
Saldos no fim do exercício	<u>19.693</u>	<u>52.310</u>

A movimentação dos empréstimos obtidos com o Varejo é como segue:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Saldos no início do exercício	-	-
Empréstimos obtidos	19.497	38.943
Pagamentos efetuados	(19.630)	(39.404)
Despesas financeiras	<u>133</u>	<u>461</u>
Saldos no fim do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

Os saldos e transações com o Varejo são como segue:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Saldos:		
Ativo:		
Contas a receber (circulante) - nota explicativa nº 5	12.625	13.227
Empréstimos concedidos - contrato de mútuo (não circulante)	19.693	52.310
Passivo:		
Fornecedores (circulante) - nota explicativa nº 15	20	5

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Transações:		
Vendas de produtos	52.589	50.033
Compras de mercadorias	877	454
Receitas financeiras	4.239	1.824
Despesas financeiras	335	461

As doações são realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva, fundado em 2004 e destinado às ações sociais e comunitárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram realizadas doações no montante de R\$600 (R\$800 em 31 de dezembro de 2011).

b) Remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração

A remuneração dos diretores e membros do Conselho de Administração é como segue:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
<u>Remuneração</u>				
Pró-labore do conselho de administração	1.279	1.887	2.486	2.887
Pró-labore da diretoria	<u>5.219</u>	<u>4.281</u>	<u>9.777</u>	<u>8.684</u>
Subtotal	6.498	6.168	12.263	11.571
Participação nos lucros	6.062	4.620	6.062	4.620
Remuneração baseada em ações	<u>429</u>	<u>784</u>	<u>429</u>	<u>784</u>
	<u>12.989</u>	<u>11.572</u>	<u>18.754</u>	<u>16.975</u>

A Editora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Editora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Também é atribuída, aos administradores, participação de até 10% sobre o lucro.

10. INVESTIMENTOS

A participação na controlada e controlada em conjunto e suas principais informações são como segue:

	31/12/12			31/12/11		
	Varejo	Minha Biblioteca	Total	Varejo	Minha Biblioteca	Total
Quantidade de ações do capital social - milhares (*)	216.490	400		216.490	250	
Quantidade de ações possuídas - milhares	216.450	400		216.450	250	
Participação no capital social	99,98%	100,00%		99,98%	100,00%	
Participação do investimento no patrimônio líquido da Editora (inclui empréstimos de mútuo)	62,14%	0,01%		70,59%	0,02%	
Capital social atualizado	326.317	400		326.317	250	
Patrimônio líquido	309.581	45	309.626	284.461	95	284.556
(-) Lucro não realizado nos estoques do Varejo	<u>(8.624)</u>	<u>-</u>	<u>(8.624)</u>	<u>(7.656)</u>	<u>-</u>	<u>(7.656)</u>
Base de cálculo do investimento	<u>300.957</u>	<u>45</u>	<u>301.002</u>	<u>276.805</u>	<u>95</u>	<u>276.900</u>
Valor total do investimento	<u>300.900</u>	<u>45</u>	<u>300.945</u>	<u>276.752</u>	<u>95</u>	<u>276.847</u>

A base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Editora é composta como segue:

	Editora - BR GAAP	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Lucro líquido do Varejo	25.120	7.734
Prejuízo da Minha Biblioteca	(200)	(155)
Lucro não realizado nos estoques sobre as vendas para o Varejo	<u>(968)</u>	<u>(1.669)</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial ajustado	<u>23.952</u>	<u>5.910</u>
Equivalência patrimonial	<u>23.948</u>	<u>5.908</u>

As alterações registradas nas contas de investimentos foram as seguintes:

	Editora - BR GAAP	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Saldo no início do exercício	276.847	240.689
Aumento de capital no Varejo com recurso de empréstimo de mútuo	-	30.000
Integralização de capital em empresa de controle compartilhado - Minha Biblioteca	150	250
Lucro não realizado nos estoques do Varejo	(968)	(1.669)
Participação no resultado do Varejo	25.116	7.732
Participação no resultado da Minha Biblioteca	<u>(200)</u>	<u>(155)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>300.945</u>	<u>276.847</u>

As principais informações do Varejo e da Minha Biblioteca são como segue:

	Varejo		Minha Biblioteca	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Ativo total	938.960	911.765	70	104
Passivo circulante e não circulante	629.379	627.304	25	9
Patrimônio líquido	309.581	284.461	45	95
Receitas líquidas	1.508.716	1.441.821	77	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	25.120	7.734	(200)	(155)

Em 5 de julho de 2012 a Editora integralizou o aumento de capital da Minha Biblioteca no montante de R\$150, equivalentes a sua participação de 25% na “joint venture”.

11. IMOBILIZADO

Editora - BR GAAP							
Taxa anual de depreciação - %	31/12/12			31/12/11			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Terrenos	-	18.527	-	18.527	-	18.527	
Edifícios e construções	4	8.006	(4.607)	3.399	7.987	(4.290)	3.697
Máquinas e equipamentos	10	1.884	(1.707)	177	1.881	(1.637)	244
Móveis, utensílios e instalações	10	8.059	(5.719)	2.340	7.815	(5.371)	2.444
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	11.613	(8.547)	3.066	11.341	(7.614)	3.727
Veículos	20	8.927	(5.644)	3.283	8.628	(4.807)	3.821
Equipamentos de informática	20	16.422	(12.450)	3.972	14.664	(11.146)	3.518
Imobilizado arrendado	20	828	(101)	727	828	-	828
Imobilizado em andamento	-	269	-	269	124	-	124
		<u>74.535</u>	<u>(38.775)</u>	<u>35.760</u>	<u>71.795</u>	<u>(34.865)</u>	<u>36.930</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

Consolidado - IFRS e BR GAAP							
Taxa anual de depreciação - %	31/12/12			31/12/11			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Terrenos	-	18.530	-	18.530	-	18.530	
Edifícios e construções	4	9.447	(5.572)	3.875	9.428	(5.199)	4.229
Máquinas e equipamentos	10	2.871	(2.586)	285	2.872	(2.491)	381
Móveis, utensílios e instalações	10	74.001	(39.763)	34.238	69.143	(34.886)	34.257
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	155.693	(110.569)	45.124	141.134	(91.904)	49.230
Veículos	20	10.353	(6.246)	4.107	9.537	(5.226)	4.311
Equipamentos de informática	20	50.978	(36.760)	14.218	46.995	(32.381)	14.614
Imobilizado arrendado	20	2.857	(202)	2.655	2.857	-	2.857
Imobilizado em andamento	-	3.130	-	3.130	1.826	-	1.826
		<u>327.860</u>	<u>(201.698)</u>	<u>126.162</u>	<u>302.322</u>	<u>(172.087)</u>	<u>130.235</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

Editora - BR GAAP									
	31/12/10	Adições	Baixas	Transferências	31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	31/12/12
Custo:									
Terrenos	18.527	-	-	-	18.527	-	-	-	18.527
Edifícios e construções	7.361	626	-	-	7.987	19	-	-	8.006
Máquinas e equipamentos	1.913	39	(71)	-	1.881	10	(7)	-	1.884
Móveis, utensílios e instalações	7.238	528	(11)	60	7.815	283	(39)	-	8.059
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.025	316	-	-	11.341	272	-	-	11.613
Veículos	6.753	2.174	(299)	-	8.628	1.003	(704)	-	8.927
Equipamentos de informática	13.542	1.690	(568)	-	14.664	1.863	(105)	-	16.422
Imobilizado arrendado	-	828	-	-	828	-	-	-	828
Imobilizado em andamento	126	58	-	(60)	124	147	(2)	-	269
Total do custo	<u>66.485</u>	<u>6.259</u>	<u>(949)</u>	<u>-</u>	<u>71.795</u>	<u>3.597</u>	<u>(857)</u>	<u>-</u>	<u>74.535</u>
Depreciação acumulada:									
Edifícios e construções	(3.996)	(294)	-	-	(4.290)	(317)	-	-	(4.607)
Máquinas e equipamentos	(1.631)	(76)	70	-	(1.637)	(78)	8	-	(1.707)
Móveis, utensílios e instalações	(5.002)	(378)	9	-	(5.371)	(382)	34	-	(5.719)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(6.517)	(1.097)	-	-	(7.614)	(933)	-	-	(8.547)
Veículos	(3.794)	(1.206)	193	-	(4.807)	(1.491)	654	-	(5.644)
Equipamentos de informática	(10.551)	(1.157)	562	-	(11.146)	(1.408)	104	-	(12.450)
Imobilizado arrendado	-	-	-	-	-	(101)	-	-	(101)
Total da depreciação	<u>(31.491)</u>	<u>(4.208)</u>	<u>834</u>	<u>-</u>	<u>(34.865)</u>	<u>(4.710)</u>	<u>800</u>	<u>-</u>	<u>(38.775)</u>
Valor líquido	<u>34.994</u>	<u>2.051</u>	<u>(115)</u>	<u>-</u>	<u>36.930</u>	<u>(1.113)</u>	<u>(57)</u>	<u>-</u>	<u>35.760</u>
Consolidado - IFRS e BR GAAP									
	31/12/10	Adições	Baixas	Transferências	31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	31/12/12
Custo:									
Terrenos	18.530	-	-	-	18.530	-	-	-	18.530
Edifícios e construções	8.802	626	-	-	9.428	19	-	-	9.447
Máquinas e equipamentos	2.914	39	(81)	-	2.872	10	(11)	-	2.871
Móveis, utensílios e instalações	61.074	6.183	(199)	2.085	69.143	2.938	(287)	2.207	74.001
Benfeitorias em imóveis de terceiros	121.922	9.957	(311)	9.566	141.134	6.258	(1.080)	9.381	155.693
Veículos	7.373	2.519	(355)	-	9.537	1.555	(739)	-	10.353
Equipamentos de informática	42.738	5.176	(1.570)	651	46.995	4.286	(869)	566	50.978
Imobilizado arrendado	-	2.857	-	-	2.857	-	-	-	2.857
Imobilizado em andamento	5.595	8.432	-	(12.201)	1.826	13.460	(2)	(12.154)	3.130
Total do custo	<u>268.948</u>	<u>35.789</u>	<u>(2.516)</u>	<u>101</u>	<u>302.322</u>	<u>28.526</u>	<u>(2.988)</u>	<u>-</u>	<u>327.860</u>
Depreciação acumulada:									
Edifícios e construções	(4.849)	(350)	-	-	(5.199)	(373)	-	-	(5.572)
Máquinas e equipamentos	(2.465)	(106)	80	-	(2.491)	(107)	12	-	(2.586)
Móveis, utensílios e instalações	(30.582)	(4.440)	136	-	(34.886)	(4.968)	91	-	(39.763)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(72.931)	(19.275)	302	-	(91.904)	(19.395)	730	-	(110.569)
Veículos	(4.092)	(1.344)	210	-	(5.226)	(1.709)	689	-	(6.246)
Equipamentos de informática	(29.298)	(4.639)	1.556	-	(32.381)	(5.229)	850	-	(36.760)
Imobilizado arrendado	-	-	-	-	-	(202)	-	-	(202)
Total da depreciação	<u>(144.217)</u>	<u>(30.154)</u>	<u>2.284</u>	<u>-</u>	<u>(172.087)</u>	<u>(31.983)</u>	<u>2.372</u>	<u>-</u>	<u>(201.698)</u>
Valor líquido	<u>124.731</u>	<u>5.635</u>	<u>(232)</u>	<u>101</u>	<u>130.235</u>	<u>(3.457)</u>	<u>(616)</u>	<u>-</u>	<u>126.162</u>

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 3. A Administração não identificou eventos que pudessem

denotar a existência de indicadores de perdas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Ativos cedidos em garantia

As obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro estão garantidas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados, cujo valor contábil é de R\$2.655 (R\$2.857 em 31 de dezembro de 2011).

12. INTANGÍVEL

		Editora - BR GAAP					
		31/12/12			31/12/11		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	-	19.522	(4.926)	14.596	19.522	(4.926)	14.596
Cessão de direitos	20	3.548	(2.413)	1.135	3.392	(2.171)	1.221
Software	20	25.427	(17.016)	8.411	19.958	(15.256)	4.702
Marcas e patentes	-	188	-	188	188	-	188
Outros intangíveis	20	1.722	(1.427)	295	1.722	(1.034)	688
Intangível em andamento	-	2.619	-	2.619	2.719	-	2.719
		<u>53.026</u>	<u>(25.782)</u>	<u>27.244</u>	<u>47.501</u>	<u>(23.387)</u>	<u>24.114</u>

		Consolidado - IFRS e BR GAAP					
		31/12/12			31/12/11		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	-	98.771	(21.504)	77.267	98.771	(21.504)	77.267
Cessão comercial	20	33.163	(25.360)	7.803	32.698	(23.534)	9.164
Cessão de direitos	20	3.548	(2.413)	1.135	3.392	(2.171)	1.221
Software	20	81.088	(33.001)	48.087	46.054	(27.350)	18.704
Marcas e patentes	-	323	(67)	256	323	(66)	257
Outros intangíveis	20	1.722	(1.427)	295	1.722	(1.034)	688
Intangível arrendado	20	1.215	(497)	718	1.215	(266)	949
Intangível em andamento	-	<u>20.690</u>	<u>-</u>	<u>20.690</u>	<u>21.010</u>	<u>-</u>	<u>21.010</u>
		<u>240.520</u>	<u>(84.269)</u>	<u>156.251</u>	<u>205.185</u>	<u>(75.925)</u>	<u>129.260</u>

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

Editora - BR GAAP									
	31/12/10	Adições	Baixas	Transferências	31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	31/12/12
Custo:									
Ágio	19.522	-	-	-	19.522	-	-	-	19.522
Cessão de direitos	2.932	460	-	-	3.392	57	-	99	3.548
Software	16.976	2.211	-	771	19.958	1.927	-	3.542	25.427
Marcas e patentes	188	-	-	-	188	-	-	-	188
Outros	1.722	-	-	-	1.722	-	-	-	1.722
Intangível em andamento	2.026	1.464	-	(771)	2.719	3.541	-	(3.641)	2.619
Total do custo	<u>43.366</u>	<u>4.135</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47.501</u>	<u>5.525</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>53.026</u>
Amortização acumulada:									
Ágio	(4.926)	-	-	-	(4.926)	-	-	-	(4.926)
Cessão de direitos	(1.992)	(179)	-	-	(2.171)	(237)	-	(5)	(2.413)
Software	(13.995)	(1.261)	-	-	(15.256)	(1.765)	-	5	(17.016)
Outros	(690)	(344)	-	-	(1.034)	(393)	-	-	(1.427)
Total da amortização	<u>(21.603)</u>	<u>(1.784)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23.387)</u>	<u>(2.395)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25.782)</u>
Valor líquido	<u>21.763</u>	<u>2.351</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.114</u>	<u>3.130</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.244</u>
Consolidado - IFRS e BR GAAP									
	31/12/10	Adições	Baixas	Transferências	31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	31/12/12
Custo:									
Ágio	98.771	-	-	-	98.771	-	-	-	98.771
Cessão comercial	25.732	-	(458)	7.424	32.698	-	(350)	815	33.163
Cessão de direitos	2.932	460	-	-	3.392	57	-	99	3.548
Software	32.404	3.322	-	10.328	46.054	5.195	-	29.839	81.088
Marcas e patentes	323	-	-	-	323	-	-	-	323
Outros intangíveis	1.722	-	-	-	1.722	-	-	-	1.722
Intangível arrendado	1.139	76	-	-	1.215	-	-	-	1.215
Intangível em andamento	13.329	25.534	-	(17.853)	21.010	30.433	-	(30.753)	20.690
Total do custo	<u>176.352</u>	<u>29.392</u>	<u>(458)</u>	<u>(101)</u>	<u>205.185</u>	<u>35.685</u>	<u>(350)</u>	<u>-</u>	<u>240.520</u>
Amortização acumulada:									
Ágio	(21.504)	-	-	-	(21.504)	-	-	-	(21.504)
Cessão comercial	(22.812)	(985)	263	-	(23.534)	(2.176)	350	-	(25.360)
Cessão de direitos	(1.992)	(179)	-	-	(2.171)	(237)	-	(5)	(2.413)
Software	(24.401)	(2.949)	-	-	(27.350)	(5.656)	-	5	(33.001)
Marcas e patentes	(65)	(1)	-	-	(66)	(1)	-	-	(67)
Outros intangíveis	(690)	(344)	-	-	(1.034)	(393)	-	-	(1.427)
Intangível arrendado	-	(266)	-	-	(266)	(231)	-	-	(497)
Total da amortização	<u>(71.464)</u>	<u>(4.724)</u>	<u>263</u>	<u>-</u>	<u>(75.925)</u>	<u>(8.694)</u>	<u>350</u>	<u>-</u>	<u>(84.269)</u>
Valor líquido	<u>104.888</u>	<u>24.668</u>	<u>(195)</u>	<u>(101)</u>	<u>129.260</u>	<u>26.991</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>156.251</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis, conforme descrito na nota explicativa nº 3. A Administração não identificou eventos que pudessem denotar a existência de indicadores de perdas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Ativos cedidos em garantia

As obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro estão garantidas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados, cujo valor contábil é de R\$718 (R\$949 em 31 de dezembro de 2011).

Ágio

		<u>Editora - BR GAAP</u>	
	<u>Data de aquisição</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
<u>Ágio na aquisição de empresa:</u>			
Formato	04/08/03	70	70
Ético	07/12/07	<u>14.526</u>	<u>14.526</u>
		<u>14.596</u>	<u>14.596</u>
		<u>Consolidado - IFRS e BR GAAP</u>	
	<u>Data de aquisição</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
<u>Ágio na aquisição de empresa:</u>			
Formato	04/08/03	70	70
Ético	07/12/07	14.526	14.526
Siciliano	06/03/08	<u>62.671</u>	<u>62.671</u>
		<u>77.267</u>	<u>77.267</u>

Os testes de recuperação são realizados anual e independentemente da existência de indicadores de perda de seu valor de recuperação, conforme descrito na nota explicativa nº 3.

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as seguintes UGCs: lojas adquiridas da Siciliano e operações do Ético.

Siciliano

O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de cinco anos e taxa de desconto nominal de 14,2% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período de cinco anos, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2013 a 2017 em linha com histórico de crescimento da UGC, bem como o cenário macroeconômico estimado para os próximos anos.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico da Siciliano e no crescimento estimado das receitas.
- Investimentos fixos: as projeções de investimentos fixos visam à reposição da depreciação da base de ativos fixos operacionais.
- Investimentos em capital de giro: projetados com base no desempenho histórico da Siciliano, bem como no crescimento das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5,5%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

Ético

O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de cinco anos e taxa de desconto nominal de 12,5% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2013 a 2017 em linha com histórico de crescimento da UGC e no crescimento da base de clientes do Ético.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico e no plano de negócios do Ético, bem como no crescimento estimado das receitas.
- Investimentos fixos: as projeções de investimentos fixos visam suportar a expansão das operações da UGC e, também, a reposição da depreciação da base de ativos fixos operacionais.
- Investimentos em capital de giro: projetados com base no desempenho histórico do Ético, bem como no crescimento das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 5,5%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total das UGCs. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não ocorreram baixas do ágio ao resultado.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Em moeda nacional:				
BNDES	93.365	128.760	165.257	237.041
Empréstimos para capital de giro	-	-	158.298	74.784
Custos de captação a amortizar	-	-	(1.750)	-
Arrendamento financeiro	660	857	3.234	4.219
	<u>94.025</u>	<u>129.617</u>	<u>325.039</u>	<u>316.044</u>
Em moeda estrangeira:				
Empréstimos para capital de giro	-	-	62.422	66.740
Valor justo - operação "swap"	-	-	(12.468)	(7.048)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>49.954</u>	<u>59.692</u>
	<u>94.025</u>	<u>129.617</u>	<u>374.993</u>	<u>375.736</u>
Passivo circulante	31.450	38.205	148.371	117.872
Passivo não circulante	<u>62.575</u>	<u>91.412</u>	<u>226.622</u>	<u>257.864</u>
	<u>94.025</u>	<u>129.617</u>	<u>374.993</u>	<u>375.736</u>

Resumo das características dos empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos	Finalidade	Garantias	Vencimento	Encargos
Editora:				
BNDES - PROCULT contrato de setembro/2011 subcréditos A/B/C	Projetos editoriais, conteúdo digital, sistema de ensino e capital de giro	Não há	Setembro/2016	2,76% a.a. + TJLP (a)
SG Equipment Finance S/A	Aquisição de software e hardware	Bem arrendado e nota promissória	Junho 2015	Variação do CDI
Varejo:				
BNDES - FINAME - contrato de outubro/2011 subcréditos A/B/C/D/E	Expansão e reforma da rede de lojas / equipamentos e capital de giro	Aval da Editora	Outubro/2016	2,63% a.a. + TJLP (a)
Banco Itaú S/A - contrato de fevereiro/2011	Capital de giro	Aval da Editora	Janeiro/2013	14,82 % a.a.
contrato de março/2011	Capital de giro	Aval da Editora	Março/2013	14,95 % a.a.
contrato de maio/2011 em USD com swap para CDI	Capital de giro	Aval da Editora	Abril/2013	104,5 % do CDI
Banco Bradesco S/A - contrato de fevereiro/2011	Capital de giro	Sem aval	Fevereiro/2013	14,97 % a.a.
Banco Santander S/A - contrato de abril/2011 em USD com swap para taxa prefixada	Capital de giro	Aval da Editora	Abril/2014	15,09 % a.a.
Banco do Brasil S/A - contrato de Agosto /2012	Capital de giro	Aval da Editora e recebíveis	Agosto/2015	Variação do CDI + 0,70% a.a.
Banco IBM S/A	Aquisição de software	Bem arrendado	Fevereiro/2017	Variação do CDI

- (a) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de 5,5% (6% em 31 de dezembro de 2011).

Financiamentos com o BNDES

Os contratos estabelecidos com o BNDES e os valores liberados são os seguintes:

a) Contratações

	<u>Editora</u>	<u>Varejo</u>	<u>Consolidado</u>
Valores contratados em 2009	71.940	69.696	141.636
Valores contratados em 2011	86.988	69.393	156.381
Atualização monetária	704	736	1.440
Liberações	<u>(159.632)</u>	<u>(138.005)</u>	<u>(297.637)</u>
Saldos a liberar	<u>-</u>	<u>1.820</u>	<u>1.820</u>

b) Liberações

	<u>Editora - BR GAAP</u>		<u>Consolidado - IFRS e BR GAAP</u>	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Contratos celebrados em 2009	-	11.389	-	12.199
Contratos celebrados em 2011	<u>44.893</u>	<u>42.094</u>	<u>92.108</u>	<u>62.451</u>
	<u>44.893</u>	<u>53.483</u>	<u>92.108</u>	<u>74.650</u>

Em 27 de agosto de 2012, a Editora e o Varejo liquidaram antecipadamente os contratos celebrados em 2009 com o BNDES, pelos montantes de R\$53.756 e R\$53.129, respectivamente. A medida reduzirá as despesas financeiras às taxas praticadas por bancos comerciais, mais competitivas no atual cenário econômico.

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) para a Editora e para o Varejo

a) Contratos celebrados pela Editora e Varejo em 2011

A Editora e o Varejo deverão apresentar anualmente e durante a vigência dos contratos, suas demonstrações contábeis anuais auditadas. A Editora, por sua vez, deverá manter os seguintes índices financeiros, relativos às suas demonstrações contábeis consolidadas:

- Liquidez corrente igual ou maior que 1,65.
- Endividamento geral menor ou igual a 0,62.

Na hipótese de a Editora não atingir os níveis estabelecidos para os referidos índices financeiros, a Editora deverá constituir no prazo de 60 dias, contado da data da comunicação, por escrito, do BNDES, garantias reais, aceitas pelo BNDES, em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida dele

decorrente, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis mínimos exigidos.

b) Atendimento às cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2012

Os índices financeiros apresentados pela Editora nas demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2012 foram os seguintes:

	Contratos 2011	
	Exigido	Apurado
Liquidez corrente maior ou igual	1,65	1,75
Endividamento geral menor ou igual	0,62	0,61

Empréstimos para capital de giro

O Varejo possuía em 31 de dezembro de 2012 empréstimos no valor de R\$206.502 (R\$134.476 em 31 de dezembro de 2011) utilizados para cobrir suas necessidades de capital de giro em virtude do crescimento de suas vendas e de mudanças nas condições dos pagamentos de suas vendas. Os encargos financeiros incidentes são calculados com base na variação do CDI, taxas prefixadas e variação cambial.

Em agosto de 2012, o Varejo contraiu empréstimo através de CCB – Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$108.500. Os encargos financeiros incidentes correspondem à variação do CDI, acrescidos de sobretaxa efetiva de 0,7% ao ano.

Os empréstimos contraídos em moeda estrangeira com os Bancos Itaú e Santander (Resolução nº 4.131/62) estão sujeitos a juros e variação cambial pelo dólar norte-americano. Para esses empréstimos foram contratadas operações de “swap”, trocando a variação cambial por variação do CDI para o empréstimo contratado com o Banco Itaú e taxa prefixada para o empréstimo contratado com o Banco Santander.

Despesas financeiras

Os valores registrados em despesas financeiras para os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Financiamentos - BNDES	10.862	11.911	20.409	23.895
Empréstimos para capital de giro	-	-	23.897	24.364
Empréstimos em moeda estrangeira vinculados à operação de "swap"	-	-	(8.823)	(7.971)
Arrendamento financeiro	60	29	465	346
	<u>10.922</u>	<u>11.940</u>	<u>35.948</u>	<u>40.634</u>

14. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos para aproveitamento de crédito em compras futuras.

De acordo com o regulamento do Programa vigente, a cada 1.000 pontos adquiridos o cliente adquire o direito ao desconto de R\$15,00 em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os pontos expiram em um prazo de 12 meses.

A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização, é registrada em receita diferida e reconhecida ao resultado conforme descrito na nota explicativa nº 3.

Em 31 de dezembro de 2012, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$4.775 (R\$6.701 em 31 de dezembro de 2011).

15. FORNECEDORES

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Fornecedor - nacional	49.479	52.438	297.158	299.304
Fornecedor - exterior	-	6.102	1.956	8.458
Fornecedor - Varejo	<u>20</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>49.499</u>	<u>58.545</u>	<u>299.114</u>	<u>307.762</u>

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Parcelamentos ordinários de tributos	-	454	-	454
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.647	4.618	2.547	5.492
Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	48	38	437	369
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	3.753	-
Parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09 (a)	-	-	253	871
Outros	172	58	655	543
	<u>1.867</u>	<u>5.168</u>	<u>7.645</u>	<u>7.729</u>
Passivo circulante	<u>1.867</u>	<u>5.168</u>	<u>7.645</u>	<u>7.729</u>

- (a) A Administração da Editora e do Varejo aderiu ao pagamento de tributos e contribuições sociais nos termos da Lei nº 11.941/09 relacionado a processos administrativos e judiciais que, no julgamento da Administração e de acordo com o parecer de seus advogados externos, possuíam chance de perda provável. Em 30 de junho de 2011, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de junho de 2011, a Editora e o Varejo formalizaram a consolidação dos débitos previstos na Lei nº 11.941/09, realizando os pagamentos conforme opções previstas.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Editora - BR GAAP						
	<u>31/12/10</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/11</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/12</u>
Férias	3.675	6.582	(5.786)	4.471	7.227	(6.806)	4.892
13º salário	-	4.610	(4.610)	-	5.173	(5.173)	-
Salários a pagar	-	46.436	(46.436)	-	52.723	(52.723)	-
FGTS a recolher	754	5.561	(5.308)	1.007	6.358	(6.285)	1.080
INSS a recolher	2.775	16.679	(15.885)	3.569	18.726	(18.418)	3.877
Participação nos resultados	-	4.601	(4.601)	-	5.149	(5.149)	-
	<u>7.204</u>	<u>84.469</u>	<u>(82.626)</u>	<u>9.047</u>	<u>95.356</u>	<u>(94.554)</u>	<u>9.849</u>

Consolidado - IFRS e BR GAAP							
	31/12/10	Despesa	Pagamento	31/12/11	Despesa	Pagamento	31/12/12
Férias	8.797	14.427	(12.589)	10.635	16.345	(15.044)	11.936
13º salário	-	10.157	(10.157)	-	11.656	(11.656)	-
Salários a pagar	-	107.078	(107.078)	-	124.457	(124.255)	202
FGTS a recolher	1.715	12.411	(11.920)	2.206	14.462	(14.125)	2.543
INSS a recolher	6.635	36.382	(34.686)	8.331	41.915	(40.623)	9.623
Participação nos resultados	-	8.314	(8.314)	-	9.808	(9.808)	-
	<u>17.147</u>	<u>188.769</u>	<u>(184.744)</u>	<u>21.172</u>	<u>218.643</u>	<u>(215.511)</u>	<u>24.304</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Editora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda considerada como provável por seus assessores jurídicos. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações. A composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos é demonstrada a seguir:

Provisões

Editora - BR GAAP					
	31/12/10	Constituição/ (Reversão)	31/12/11	Constituição/ (Reversão)	31/12/12
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	7.520	(74)	7.446	(6.997)	449
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (b)	1.050	20	1.070	15	1.085
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	243	-	243	-	243
	<u>8.813</u>	<u>(54)</u>	<u>8.759</u>	<u>(6.982)</u>	<u>1.777</u>

Consolidado - IFRS e BR GAAP					
	31/12/10	Constituição/ (Reversão)	31/12/11	Constituição/ (Reversão)	31/12/12
PIS/COFINS - aumento da base de cálculo (a)	17.399	256	17.655	(6.531)	11.124
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (b)	2.623	54	2.677	41	2.718
Contingências cíveis e trabalhistas (c)	243	396	639	-	639
ICMS - Auto de infração (d)	-	1.603	1.603	22	1.625
	<u>20.265</u>	<u>2.309</u>	<u>22.574</u>	<u>(6.468)</u>	<u>16.106</u>

- (a) Ações judiciais impetradas em 1999 pela Editora e Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS. As ações estão garantidas por depósitos judiciais, classificadas no ativo não circulante no valor de R\$12.135. Relativamente as ações impetradas pela Editora, houve trânsito em julgado favorável para as ações que questionam a ampliação da base de cálculo das contribuições federais PIS e COFINS – Lei 9.718/98 e, desfavorável para a ação que questiona a majoração da alíquota da COFINS – Lei 9.718/98. Relativamente às ações impetradas pelo Varejo, houve trânsito em julgado favorável para a ação que questiona a ampliação da base de cálculo da contribuição federal PIS – Lei 9.718/98.

- (b) Ações judiciais impetradas em 1989 pela Editora e pelo Varejo para que fosse declarada a inexistência de relação jurídica da contribuição para o PIS, nos termos da Lei Complementar nº 7/70. As ações foram garantidas por depósitos judiciais efetuados no período entre abril de 1989 e maio de 1992, posteriormente levantados por autorização judicial. Julgado o mérito, houve o trânsito em julgado reconhecendo a validade e sujeição ao regime da Lei Complementar nº 7/70 e, por força do provimento dado ao agravo da Fazenda Nacional, o processo encontra-se em fase de apuração dos valores devidos à União Federal. Dessa forma, a Editora e o Varejo reconheceram os respectivos montantes como provisão, na forma da opinião legal dos advogados que patrocinam a causa, considerando a melhor estimativa existente nas datas de encerramento dos períodos de relatório para o cálculo do desembolso necessário para liquidar os créditos tributários. Em 19 de fevereiro de 2010, a Editora e o Varejo foram intimadas a refazer os depósitos judiciais, nos termos do trânsito em julgado nos montantes equivalentes a R\$99 para a Editora e a R\$1.237 para o Varejo. O valor que liquida o crédito tributário ainda está em discussão. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic, 8,17% em 31 de dezembro de 2012 (11,04% em 31 de dezembro de 2011).
- (c) Processos trabalhistas do Varejo substancialmente relacionados a demissões no curso normal de seus negócios, no montante de R\$145; processos cíveis substancialmente relacionados a processos judiciais de indenizações pleiteadas pelos clientes do Varejo, no montante de R\$251; e processos cíveis da Editora, cujo montante estimado de perda é de R\$243.
- (d) O Varejo discute administrativamente autos de infração lavrados durante o exercício de 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual. Em 15 de maio de 2012 foi ajuizada ação para anular os autos de infração. Em 9 de novembro de 2012 foi realizado depósito judicial no montante de R\$533 para garantir a ação judicial e suspender a exigibilidade do crédito tributário. O montante provisionado é de R\$1.628 e corresponde ao valor principal e multa. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic, 8,17% em 31 de dezembro de 2012 (11,04% em 31 de dezembro de 2011).

Depósitos judiciais

	Editora - BR GAAP				
	31/12/10	Acréscimo/ (Baixa)	31/12/11	Acréscimo/ (Baixa)	31/12/12
PIS/COFINS (a)	7.874	23	7.897	(6.503)	1.394
Processos administrativos - compensação de tributos	5.224	-	5.224	-	5.224
Outros processos judiciais e administrativos	2.014	(861)	1.153	5.105	6.258
Processos judiciais trabalhistas	1.014	140	1.154	(332)	822
	<u>16.126</u>	<u>(698)</u>	<u>15.428</u>	<u>(1.730)</u>	<u>13.698</u>

	Consolidado - IFRS e BR GAAP				
	31/12/10	Acréscimo/ (Baixa)	31/12/11	Acréscimo/ (Baixa)	31/12/12
PIS/COFINS (a)	17.735	366	18.101	(5.966)	12.135
Processos administrativos - compensação de tributos	5.224	-	5.224	-	5.224
Outros processos judiciais e administrativos	4.454	(861)	3.593	5.684	9.277
Processos judiciais trabalhistas	1.327	422	1.749	(272)	1.477
	<u>28.740</u>	<u>(73)</u>	<u>28.667</u>	<u>(554)</u>	<u>28.113</u>

(a) Ações judiciais impetradas pela Editora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS.

Passivos contingentes

A Administração da Editora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$144.177, sendo R\$100.896 para a Editora e R\$43.281 para o Varejo (R\$82.682 em 31 de dezembro de 2011, sendo R\$60.122 para a Editora e R\$22.560 para o Varejo).

Obrigações previdenciárias - INSS

Representadas por autos de infração contra a Editora e o Varejo por falta de recolhimento sobre participação nos lucros dos colaboradores, participação nos lucros dos administradores, artigo 10 da Lei nº 6.404/76, e descumprimento de obrigações acessórias no montante de R\$3.004 (R\$2.031 da Editora e R\$973 do Varejo).

IRPJ, CSLL, PIS e COFINS

Representados substancialmente por processos administrativos da Editora e do Varejo de compensação de créditos utilizados para o pagamento de IRPJ e CSLL no montante de R\$29.357 (R\$23.813 da Editora e R\$5.544 do Varejo). Alguns processos estão garantidos por depósitos judiciais no montante de R\$8.817 (R\$6.377 da Editora e R\$2.440 do Varejo).

Ação Declaratória nº 1999.61.00.026073-0, impetrada pela Editora, em trâmite perante a 23ª Vara Federal de São Paulo, 1ª Instância, distribuído em 10 de junho de 1999, com o objetivo de afastar a ampliação da base de cálculo e a elevação da alíquota (2% para 3%) promovidas pela Lei nº 9.718/98 na sistemática de apuração da COFINS. O processo transitou em julgado com a decisão do Supremo Tribunal Federal no sentido de somente reconhecer a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo da COFINS. Em decorrência de problemas para obtenção de certidão negativa de débito perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Autora solicitou ao Juízo a transferência dos depósitos judiciais realizados no Banco do Brasil para a Caixa Econômica Federal, com a devida atualização pela taxa Selic. O Banco do Brasil realizou essa transferência com a respectiva taxa Selic, em janeiro de 2010, porém opôs Embargos de Terceiro nº 2010.61.00.002790-5 para discutir essa atualização. A ação está garantida por depósitos judiciais e o montante em discussão é estimado em R\$30.130.

Ação Declaratória nº 1999.61.00.026071-7, impetrada pelo Varejo, em trâmite perante a 21ª Vara Federal de São Paulo, 2ª Instância, distribuído em 10 de junho de 1999, com o objetivo de afastar a ampliação da base de cálculo e a elevação da alíquota (2% para 3%) promovidas pela Lei nº 9.718/98 na sistemática de apuração da COFINS. A ação ainda não teve trânsito em julgado, e atualmente é aguardada a finalização do julgamento, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, da apelação da interposta pela União Federal contra a sentença de procedência de 1ª instância judicial. Em decorrência de problemas para obtenção de certidão negativa de débito perante a Secretaria da Receita Federal, a Autora solicitou ao Juízo a transferência dos depósitos judiciais realizados no Banco do Brasil para a Caixa Econômica Federal, com a devida atualização pela Selic. O Juízo determinou essa transferência, porém sem a atualização pela taxa Selic, o que foi realizado em dezembro de 2009. A ação está garantida por depósitos judiciais e o montante em discussão é estimado em R\$12.439.

ICMS

Auto de Infração nº 3.119.153-8, que tramitou perante a Delegacia Tributária de Julgamento do Estado de São Paulo - Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda - Unidade Guarulhos, 1ª Instância, distribuído em 24 de agosto de 2009, no montante de R\$1.278, tendo como autora a Secretaria da Fazenda contra a Editora, com o objeto de exigência de recolhimento de ICMS relativo aos exercícios de 2006 e 2007, em decorrência das diferenças apuradas entre as operações de remessas e retornos de mercadorias a título de industrialização efetuada por terceiros, fundamentado no artigo 509 do Regulamento do ICMS - RICMS/00. O ICMS exigido refere-se ao suposto desvio de finalidade de operações amparada pela imunidade tributária, prevista no artigo 7º, inciso XIII, do RICMS/00. A Editora apresentou defesa em 20 de setembro de 2009. Em 2 de fevereiro de 2010 foi proferida decisão julgando procedente o Auto de Infração, razão pela qual foi interposto Recurso Ordinário em 1º de março de 2010. No julgamento de 23 de junho de 2010, o Presidente da 10ª Câmara entendeu que deve ser anulada a decisão recorrida, e todos os atos subsequentes em busca da verdade material e antes da prolação de nova decisão o agente fiscal deve se manifestar sobre as colocações do Relator. Em 19 de novembro de 2010 foi publicada decisão mantendo o Auto de Infração. Em 15 de dezembro de 2010 foi interposto Recurso Ordinário. O recurso foi julgado improcedente em 17 de abril de 2012. Em 18 de maio foi instruído recurso especial e pedido de retificação da decisão, entretanto, em 22 de junho de 2012 foi proferida decisão dando desprovimento ao recurso, impossibilitando qualquer outro recurso administrativo. Em 11 de setembro de 2012 foi ajuizada Ação Judicial (Processo nº 15820/2012), garantida por depósito judicial de R\$4.369, a fim de anular o auto de infração.

Ações cíveis

Ação Indenizatória nº 583.00.2009.200807-0, em trâmite perante a 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, 1ª Instância, distribuído em 25 de setembro de 2009, Livraria Cultura S.A. e Fernando Faria de Castro Brandão contra a Editora e o Varejo com o objeto de discutir acerca de suposto plágio de projeto arquitetônico, reprodução desautorizada de conjunto-imagem e eventual concorrência parasitária. Apresentada defesa em fevereiro de 2010. Realizada a Audiência de Instrução e Julgamento em 10 de outubro de 2012. Em 1º de fevereiro de 2013, foi proferida sentença favorável à Editora e ao Varejo, julgando improcedente a ação. Caso revertida a decisão de improcedência da ação no Tribunal de Justiça de São Paulo, o montante estimado para a saída de recursos para liquidação de obrigações é de R\$1.200.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Na AGO/AGE de 25 de abril de 2012, foi aprovado o aumento de capital para R\$229.901, com utilização de reserva de lucro estatutária no montante de R\$26.248.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Editora, no montante de R\$229.901 (R\$203.653 em 31 de dezembro de 2011), está representado por 28.596.123 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 18.973.810 ações preferenciais sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O estatuto social da Editora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA.

A Editora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, independentemente de reforma estatutária, em até 4.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto.

As ações preferenciais da Editora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Editora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

Em reunião do Conselho de Administração em 17 de agosto de 2011, com base no estatuto social, foi deliberada autorização para a aquisição de 150.000 ações preferenciais escriturais de emissão da Editora para permanência em tesouraria. Durante o exercício de 2011, foram adquiridas 150.000 ações a um custo médio de R\$24,29 por ação. Em 5 de outubro de 2011, foi encerrado o Programa de Recompra de Ações iniciado em 18 de agosto de 2011.

Durante o exercício de 2011, foram alienadas 87.300 ações, que estavam em tesouraria, aos beneficiários do 4º Plano de Opção de Compra de Ações, pelo valor total de R\$2.895, sendo R\$685 equivalentes ao custo médio de aquisição e R\$2.210 equivalentes à mais-valia dessas ações registradas em “Reservas de lucros”.

A Editora mantém 313.250 ações preferenciais em tesouraria (313.250 em 31 de dezembro de 2011), representadas por R\$4.923 (R\$4.923 em 31 de dezembro de 2011), com valor de mercado de R\$8.129 (R\$25,95 por ação - cotação em 31 de dezembro de 2012).

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Saldos no início do exercício	313.250	250.550
Aquisições	-	150.000
Alienação 4º plano	-	(87.300)
Saldos no fim do exercício	<u>313.250</u>	<u>313.250</u>

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Editora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2012, foi proposta remuneração de juros sobre o capital próprio no montante de R\$25.985 (R\$0,91875 por ação), a ser tributada na forma da legislação vigente. O pagamento aos acionistas será realizado a partir de 30 de abril de 2013.

Em 31 de dezembro, foi destacado o montante a título de distribuição de dividendos, dividido da seguinte forma:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Lucro líquido do exercício	77.010	64.920
Reserva legal	<u>(3.851)</u>	<u>(3.246)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>73.159</u>	<u>61.674</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<u>18.290</u>	<u>15.419</u>
Dividendo mínimo obrigatório por ação	<u>0,64668</u>	<u>0,54515</u>

O dividendo proposto tem a seguinte composição:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Juros sobre o capital próprio líquidos do IRRF imputados ao dividendo mínimo obrigatório	16.119	13.532
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	<u>2.171</u>	<u>1.887</u>
	<u>18.290</u>	<u>15.419</u>
Juros sobre o capital próprio líquidos do IRRF imputados ao dividendo adicional proposto a ser submetido à AGO	6.782	8.267
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	<u>913</u>	<u>1.153</u>
	<u>7.695</u>	<u>9.420</u>
Total dividendo mínimo obrigatório e adicional proposto	<u>25.985</u>	<u>24.839</u>
Total por ação - R\$	<u>0,91875</u>	<u>0,87824</u>

Os juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 9.420 mantidos como dividendos adicionais propostos no exercício de 2011, foram pagos durante o exercício de 2012.

d) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2012, a Editora constituiu reserva legal no montante de R\$3.851 (R\$3.246 em 31 de dezembro de 2011) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Plano de opção de compra de ações da Editora

Em Reunião do Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações realizada em 24 de novembro de 2011 foi aprovado o 6º Plano de Opção de Compra de Ações.

Os Planos aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e funcionários e as opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela

alienação de ações em tesouraria detidas pela Editora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para os planos de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Despesas operacionais”, no resultado, e na rubrica “Reservas de lucros”, no patrimônio líquido, como segue:

Ano da outorga e plano	Valores registrados		Total	Valores a registrar em exercícios futuros
	Até o exercício encerrado em 31/12/11	No exercício findo em 31/12/12		
2007 - 3º Plano	1.330	-	1.330	-
2008 - 4º Plano	1.479	-	1.479	-
2009 - 5º Plano	1.384	124	1.508	-
2011 - 6º Plano	31	305	336	361
	<u>4.224</u>	<u>429</u>	<u>4.653</u>	<u>361</u>

A movimentação das outorgas de opções de compra de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

	3º Plano	4º Plano	5º Plano	6º Plano
Total de opções de compra de ações outorgadas	123.800	124.600	125.000	125.000
(-) Exercício de opções de compra de ações	(115.200)	(87.300)	-	-
(-) Opções não exercíveis	(2.200)	(2.100)	-	-
(-) Opções não exercidas e expiradas	<u>(6.400)</u>	<u>(35.200)</u>	<u>(125.000)</u>	<u>-</u>
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2012	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>125.000</u>

No período entre 8 de março e 10 de maio de 2012, as opções equivalentes a 125.000 ações do 5º Plano não foram exercidas e expiraram.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	<u>4º Plano</u>	<u>5º Plano</u>	<u>6º Plano</u>
Data da outorga	28/02/2008	30/11/2009	24/11/2011
Início do prazo de exercício das opções	8/03/2011	8/03/2012	10/03/2014
Término do prazo de exercício das opções	7/05/2011	10/05/2012	30/05/2014
Taxa de juro livre de risco	12,45%	12,20%	10,26%
Número de administradores e funcionários elegíveis	22	27	28
Preço fixado - R\$	30,00	27,00	25,00
Indexador	IPCA	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>125.000</u>
Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R\$	<u>12.61</u>	<u>12.06</u>	<u>5.58</u>
Valor da opção para exercício, corrigido pelo IPCA e ajustado pelos dividendos distribuídos até 31 de dezembro de 2012 - R\$	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.47</u>

f) Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de R\$11.279, líquido dos impostos diferidos de R\$5.810, representa o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” da Editora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

g) Constituição de reserva estatutária

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício em 31 de dezembro de 2012, após a destinação para a reserva legal, no montante de R\$3.851, e da proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, no montante de R\$25.985, foi destinado o montante de R\$47.174 para reserva estatutária, conforme disposição estatutária.

h) Participação não controladora

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Saldos no início do exercício	52	51
Participação no resultado do exercício	<u>5</u>	<u>1</u>
Saldos no fim do exercício	<u>57</u>	<u>52</u>

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Receita operacional bruta:				
Venda de produtos, mercadorias e serviços	524.490	547.416	2.109.772	2.066.861
(-) Impostos incidentes	(69)	(102)	(95.375)	(91.563)
(-) Devoluções	(54.103)	(45.937)	(90.677)	(83.503)
(-) Receita de venda de produtos no estoque do Varejo	-	-	(2.061)	(3.743)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	-	-	1.926	915
	<u>470.318</u>	<u>501.377</u>	<u>1.923.585</u>	<u>1.888.967</u>

21. DESPESAS POR NATUREZA

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Gastos gerais	(86.799)	(101.396)	(86.799)	(101.396)
Matéria-prima	(41.178)	(52.910)	(41.178)	(52.910)
Mercadorias	-	-	(930.137)	(910.102)
Serviços	-	(48)	(5.388)	(5.368)
Pessoal e encargos	(108.857)	(96.407)	(266.185)	(231.868)
Honorários dos administradores	(6.498)	(6.168)	(12.263)	(11.571)
Participação dos administradores	(6.062)	(4.620)	(6.062)	(4.620)
Direitos autorais	(46.007)	(50.496)	(46.143)	(50.676)
Propaganda e publicidade	(16.500)	(16.662)	(26.899)	(38.001)
Aluguel	(7.725)	(6.255)	(58.846)	(52.571)
Condomínio e fundos de promoção	(975)	(946)	(27.704)	(24.096)
Frete e embalagens	(11.084)	(12.025)	(62.751)	(66.852)
Serviços de informática	(9.595)	(6.958)	(18.256)	(16.377)
Viagens e estadias	(4.967)	(4.666)	(6.792)	(6.476)
Baixa de livros obsoletos e edições descontinuadas	(8.635)	(9.798)	(8.635)	(9.798)
Cartão de crédito, boleto e cobrança	(334)	(342)	(22.748)	(21.925)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(2.225)	(1.509)	(4.908)	(2.351)
Outras	(31.640)	(34.035)	(115.571)	(115.382)
	<u>(389.081)</u>	<u>(405.241)</u>	<u>(1.747.265)</u>	<u>(1.722.340)</u>
Classificadas como:				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(148.122)	(170.176)	(1.083.686)	(1.085.598)
Despesas com vendas	(166.411)	(166.050)	(504.287)	(493.301)
Despesas gerais e administrativas	(74.548)	(69.015)	(159.292)	(143.441)
	<u>(389.081)</u>	<u>(405.241)</u>	<u>(1.747.265)</u>	<u>(1.722.340)</u>

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Perda na venda de ativo permanente	-	-	(339)	-
Sinistro com mercadorias	-	-	(269)	(567)
Provisão para contingências	-	-	-	(1.977)
PIS/COFINS sobre outras				
receitas operacionais	(130)	(17)	(930)	(347)
Baixa de direitos autorais	-	(321)	-	(321)
Cartão "private label"	-	-	(614)	(563)
Baixa de impostos a recuperar	(53)	-	(278)	-
Baixa de estoque obsoleto	-	-	-	(185)
Baixa de créditos considerados				
irrecuperáveis com fornecedores	-	-	-	(375)
Outras provisões operacionais	(242)	-	(242)	-
Outras despesas operacionais	-	(205)	(34)	(699)
	<u>(425)</u>	<u>(543)</u>	<u>(2.706)</u>	<u>(5.034)</u>

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita na venda de ativo permanente	208	87	208	3.531
Royalties sobre operações com franquia	-	-	-	245
Cartão presente e outros adiantamentos não				
resgatados por clientes do Varejo	-	-	5.100	2.983
Indenizações por sinistros com mercadorias	3	2	524	775
Vendas de saldos - mercadorias obsoletas	369	168	596	359
Despesas recuperadas	-	-	232	-
Levantamento de depósitos judiciais	-	669	-	669
Créditos de clientes não reclamados	-	94	-	94
Constituição de créditos - PIS/COFINS	-	-	-	555
Recuperação de impostos	1.326	-	1.326	-
Reversão de provisões operacionais	509	-	588	1.292
Outras receitas operacionais	61	97	358	457
	<u>2.476</u>	<u>1.117</u>	<u>8.932</u>	<u>10.960</u>

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	2.233	3.130	2.677	3.284
Juros sobre empréstimos a controladas	4.239	1.824	-	-
Juros recebidos de clientes	926	1.135	964	1.163
Juros sobre impostos a recuperar	124	47	237	411
Descontos financeiros obtidos	1.301	69	2.040	125
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	-	20	-	20
Outras receitas financeiras	241	193	293	362
	<u>9.064</u>	<u>6.418</u>	<u>6.211</u>	<u>5.365</u>
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(10.922)	(11.940)	(44.771)	(48.605)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controladora	(133)	(461)	-	-
Valor justo - operação "swap"	-	-	8.823	7.971
Descontos financeiros concedidos	(2.380)	(1.122)	(2.482)	(2.276)
Outros juros e variações passivas	(2.194)	(3.807)	(3.690)	(9.758)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOC	(134)	(311)	(1.394)	(1.314)
Outras comissões financeiras	(30)	(307)	(127)	(506)
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	-	(345)	-	(345)
Outras despesas financeiras	(110)	(41)	(708)	(465)
	<u>(15.903)</u>	<u>(18.334)</u>	<u>(44.349)</u>	<u>(55.298)</u>
	<u>(6.839)</u>	<u>(11.916)</u>	<u>(38.138)</u>	<u>(49.933)</u>

25. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2012, o Varejo possuía 104 contratos de locação de suas lojas firmados com terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Editora por meio de fiança. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa do Varejo e dos estabelecimentos comerciais da Editora possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). As despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, são como segue:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Despesas de aluguéis	<u>7.725</u>	<u>6.255</u>	<u>58.846</u>	<u>52.571</u>

O saldo da rubrica “Arrendamento operacional - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de dezembro de 2012 é de R\$824 (R\$636 em 31 de dezembro de 2011) na Editora e R\$11.239 (R\$10.367 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Os compromissos futuros (consolidado), oriundos dos contratos de arrendamento operacional, em 31 de dezembro de 2012 totalizam um montante mínimo de R\$184.960, sendo:

Vencimento	Valor
Até 31/12/13	55.839
De 01/01/14 a 31/12/14	44.610
De 01/01/15 a 31/12/15	35.396
De 01/01/16 a 31/12/16	27.084
De 01/01/17 a 31/12/17	14.433
Demais vencimentos até 2019	<u>7.598</u>
	<u>184.960</u>

26. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O estatuto social da Editora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias; em face do exposto, o lucro por ação é o mesmo para as ações ordinárias e preferenciais. A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	31/12/12			31/12/11		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da Editora	26.200	50.810	77.010	22.062	42.858	64.920
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação	9.622	18.661	28.283	9.622	18.692	28.314
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a plano de opções de executivos	-	-	-	-	(2)	(2)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	9.622	18.661	28.283	9.622	18.690	28.312
Lucro por ação - básico - R\$	2,72286	2,72286		2,29284	2,29284	
Lucro por ação - diluído - R\$	2,72286	2,71958		2,29284	2,29254	

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Os objetivos da Editora e do Varejo, ao administrar seu capital, são os de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

As estruturas de capital da Editora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 13), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 19).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Empréstimos e financiamentos	94.025	129.617	374.993	375.736
Antecipação de recebíveis	-	-	-	1.855
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(54.606)	(84.624)	(87.035)	(101.609)
Dívida líquida	39.419	44.993	287.958	275.982
Patrimônio líquido	515.884	466.155	515.941	466.207
Total	555.303	511.148	803.899	742.189
Índice de dívida líquida	7.10%	8.80%	35.82%	37.18%

Periodicamente, a Administração da Editora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Políticas contábeis significativas

Os detalhes das principais políticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritas na nota explicativa nº 3.

c) Categorias de instrumentos financeiros

	Editora - BR GAAP	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
	Valor <u>Contábil</u>	Valor <u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	54.606	84.624
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	114.029	97.414
Partes relacionadas - contrato de mútuo	19.693	52.310
Outras contas a receber	3.852	3.497
	<u>192.180</u>	<u>237.845</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	94.025	129.617
Fornecedores	49.499	58.545
Outras contas a pagar	35.851	38.071
	<u>179.375</u>	<u>226.233</u>

	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11
	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	87.035	101.609
Valor justo - operação "swap"	12.468	7.048
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	369.725	375.137
Outras contas a receber	3.852	3.497
	<u>473.080</u>	<u>487.291</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	387.461	382.784
Fornecedores	299.114	307.762
Outras contas a pagar	46.850	51.054
	<u>733.425</u>	<u>741.600</u>

A Administração da Editora é de opinião que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada exercício.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (CDI e TJLP) e taxas contratuais (nota explicativa nº 13) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada exercício está próximo do valor de mercado.

Não há mercado ativo para os empréstimos e financiamentos obtidos com o BNDES e, desta forma, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

d) Riscos financeiros

As atividades da Editora e do Varejo estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Editora e do Varejo segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área de Tesouraria da Editora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Editora e do Varejo

e) Gestão do risco de taxa de juros

A Editora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre os empréstimos tomados e suas aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os saldos que representavam a exposição máxima a este risco estão apresentadas no quadro abaixo:

		Consolidado - IFRS E BR GAAP
		31/12/12
		Valor
	Risco	Contábil
Equivalentes de caixa	Baixa do CDI	74.718
Operação "swap" - (nacional atualizado)	Alta do CDI	(36.917)
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	(161.532)
Fornecedores	Alta do CDI	(43.337)
Exposição líquida		<u>(167.068)</u>

f) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Editora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Editora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Editora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Os eventuais efeitos nos saldos patrimoniais da Companhia estão demonstrados na ocorrência dos cenários abaixo:

Operação	Risco	Valores patrimoniais em R\$ mil		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI -				
Editora	Baixa do CDI	55.656	55.415	55.174
Varejo	Baixa do CDI	20.978	20.888	20.797
		76.634	76.303	75.971
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI -				
Varejo	Alta do CDI	(224.428)	(227.332)	(230.276)
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI -				
Editora	Alta do CDI	(724)	(738)	(752)
Varejo	Alta do CDI	(3.033)	(3.089)	(3.201)
		(3.757)	(3.827)	(3.953)
Fornecedores sujeitos a variação do CDI -				
Editora	Alta do CDI	(44.102)	(44.293)	(44.484)
Resultado líquido		(195.653)	(199.149)	(202.742)

Risco de taxa de juros

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

g) Gestão do risco de taxa de câmbio

As receitas da Editora e do Varejo são expressas em reais; o risco cambial decorre de eventuais operações comerciais, geradas, principalmente, pela importação de mercadorias e serviços denominada em dólar norte-americano (US\$). A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Editora e do Varejo é a de proteger-se de eventuais importações, por meio de operações compostas por contratos de opção de compra de dólar norte-americano (“Non-deliverable Forward - NDF”), utilizando somente como instrumento de proteção de valor e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na Editora, entretanto, não designado como “hedge”.

Uma vez definida a importação é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias e serviços no mercado local dentro dos padrões de margem de lucros esperados e os prazos de entrega prováveis; a partir desse fato, define-se o preço de exercício e o vencimento que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte-americano.

Em 2010 e 2011 foram realizadas operações com o Banco do Brasil relacionadas à compra a termo de quantia de dólar norte-americano, sem entrega física, conforme segue:

Contrato	Vencimento	Taxa de câmbio - R\$		Valor de referência (US\$ mil)	Ganho (Perda) registrado (R\$ mil)	
		Na data do contrato	Vencimento		31/12/12	31/12/11
02/09/2010	18/01/2011	1,7906	1,6818	1.300	-	20
17/05/2011	27/06/2011	1,6545	1,5988	300	-	(18)
04/10/2011	31/10/2011	1,9040	1,6986	1.430	-	(294)
04/10/2011	30/11/2011	1,9180	1,8486	480	-	(33)
				<u>3.510</u>	<u>-</u>	<u>(325)</u>

Em 31 de dezembro de 2012, não havia operações em aberto, tendo sido a última operação liquidada em 30 de novembro de 2011.

O Varejo captou empréstimos denominados em moeda estrangeira (dólar norte-americano - US\$) acrescidos de taxa de juros com o Banco Itaú BBA e Banco Santander, para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI e taxa prefixada.

Em sua forma, a operação vincula um contrato de empréstimo a uma operação de “swap” firmado na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidado pelo seu valor líquido. Na essência, a operação é um empréstimo denominado em moeda local acrescido de uma determinada taxa de juros prefixada ou sujeita à variação do CDI, conforme o caso. O tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Exposição a moeda estrangeira

	R\$ mil	
	31/12/12	31/12/11
Empréstimos e financiamentos	49.954	59.692
Swap	<u>(49.954)</u>	<u>(59.692)</u>
Exposição líquida	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2012, o detalhe dos contratos de “swap” em aberto é como segue:

Banco	Vencimento	Valor de referência (nacional)	Banco		Varejo		Valor justo
			Indexador	Juros	Indexador	Juros	
Itaú	22/04/2013	35.000	US\$	4,35% a.a.	CDI	104,50%	(10.010)
Santander	08/04/2014	<u>12.000</u>	US\$	3,85% a.a.	PRE	15,09% a.a.	<u>(2.458)</u>
		<u>47.000</u>					<u>(12.468)</u>

Em relação ao contrato de empréstimo em moeda estrangeira com o Banco Itaú BBA, o Varejo está exposto, única e exclusivamente, à variação do CDI. Não há riscos por variação nas taxas de câmbio a serem medidos pela análise de sensibilidade. Quanto ao empréstimo com o Banco Santander não há nenhuma exposição, uma vez que, os encargos foram fixados a taxa pré.

Considerando que em 31 de dezembro de 2012 a exposição a moeda estrangeira estava 100% protegida, qualquer volatilidade no câmbio não incorreria em nenhum efeito de variação cambial no resultado do Varejo.

h) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Editora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

A exposição máxima a este risco naquela data está demonstrada no quadro abaixo:

	Editora - BR GAAP		Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
	Valor	Valor	Valor	Valor
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	54.606	84.624	87.035	101.609
Contas a receber de clientes	114.029	97.414	369.725	375.137
Partes relacionadas - contrato de mútuo	19.693	52.310	-	-
Outras contas a receber	3.852	3.497	3.852	3.497
	<u>192.180</u>	<u>237.845</u>	<u>460.612</u>	<u>480.243</u>

A Editora apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$3.110 e R\$5.346 no consolidado (R\$2.496 na Editora e R\$3.596 no consolidado em 31 de dezembro de 2011), para cobrir os riscos de crédito.

i) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Editora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Editora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Editora - BR GAAP			
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	49.499	-	-	49.499
Empréstimos e financiamentos	29.901	30.277	33.847	94.025
Outras contas a pagar	35.851	-	-	35.851

Operação	Consolidado - IFRS e BR GAAP			
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	299.114	-	-	299.114
Empréstimos e financiamentos	148.307	93.388	133.298	374.993
Outras contas a pagar	46.850	-	-	46.850

j) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Editora e o Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

k) Linhas de crédito

	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Empréstimos:		
Utilizado	206.503	134.476
Não utilizado	203.497	265.523
Financiamentos:		
Utilizado	297.637	205.527
Não utilizado	1.820	93.930

l) Garantias concedidas

	Consolidado - IFRS e BR GAAP 31/12/12
Cartas de fiança em garantia de fornecimento de mercadorias para o Varejo	15.000
Carta de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	2.725
	<u>17.725</u>

(*) As cartas de fiança concedidas geraram despesas financeiras de R\$122.

m) Valor contábil e valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Editora - BR GAAP 31/12/12		Consolidado - IFRS e BR GAAP 31/12/12	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	54.606	54.606	87.035	87.035
Valor justo - operação "swap"	-	-	12.468	12.468
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	114.029	114.029	369.725	369.725
Partes relacionadas - contrato de mútuo	19.693	19.693	-	-
Outras contas a receber	3.852	3.852	3.852	3.852
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	94.025	94.025	387.461	392.377
Fornecedores	49.499	49.499	299.114	299.114
Outras contas a pagar	35.851	35.851	46.850	46.850

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

- Empréstimos e financiamentos e derivativos (swap) – O valor justo para as operações com derivativos do Varejo foi calculado com base no valor futuro das operações determinado conforme as taxas e condições contratadas, descontado a valor presente pelas taxas referenciais de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA, pelo prazo a decorrer. Relativamente às operações de empréstimos e financiamentos da Editora e do Varejo contratadas com o BNDES, a Administração entende que o valor contábil representa a melhor referência de valor justo uma vez que as taxas praticadas são específicas para operações com o BNDES.

A Editora divulga seus ativos e passivos a valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Abaixo apresentamos os ativos e passivos da Editora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012:

	Editora - BR GAAP			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>726</u>	<u>53.880</u>	<u>-</u>	<u>54.606</u>
	<u>726</u>	<u>53.880</u>	<u>-</u>	<u>54.606</u>
	Consolidado - IFRS e BR GAAP			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>12.317</u>	<u>74.718</u>	<u>-</u>	<u>87.035</u>
Valor justo - operação "swap"	<u>-</u>	<u>12.468</u>	<u>-</u>	<u>12.468</u>
	<u>12.317</u>	<u>87.186</u>	<u>-</u>	<u>99.503</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, está amparada nos segmentos denominados “Editora” e “Varejo”, através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

O segmento Editora corresponde à edição de livros, formatação de conteúdo digital e desenvolvimento de sistemas de ensino e as operações da Minha Biblioteca. A distribuição é realizada através de 16 filiais e representantes estrategicamente posicionados nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

O segmento Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A distribuição é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico Saraiva.com.br.

a) Ativos e passivos

	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Ativos dos segmentos :		
Editora	737.888	743.497
Varejo	938.960	911.765
Eliminação da operação entre segmentos	<u>(341.907)</u>	<u>(360.860)</u>
Ativos totais consolidados	<u>1.334.941</u>	<u>1.294.402</u>
Passivos dos segmentos :		
Editora	221.959	277.342
Varejo	629.379	627.304
Eliminação da operação entre segmentos	<u>(32.338)</u>	<u>(76.451)</u>
Passivos totais consolidados	<u>819.000</u>	<u>828.195</u>

b) Resultados

Consolidado - IFRS e BR GAAP				
31/12/12				
	<u>Editora</u>	<u>Varejo</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida	470.395	1.508.716	(55.526)	1.923.585
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	<u>(148.122)</u>	<u>(989.246)</u>	<u>53.682</u>	<u>(1.083.686)</u>
Lucro bruto	322.273	519.470	(1.844)	839.899
Despesas operacionais	<u>(222.002)</u>	<u>(450.927)</u>	<u>(23.071)</u>	<u>(696.000)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	100.271	68.543	(24.915)	143.899
Resultado financeiro	<u>(6.836)</u>	<u>(31.302)</u>	<u>-</u>	<u>(38.138)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>93.435</u>	<u>37.241</u>	<u>(24.915)</u>	<u>105.761</u>
Consolidado - IFRS e BR GAAP				
31/12/11				
	<u>Editora</u>	<u>Varejo</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida	501.377	1.441.821	(54.231)	1.888.967
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	<u>(170.176)</u>	<u>(967.529)</u>	<u>52.107</u>	<u>(1.085.598)</u>
Lucro bruto	331.201	474.292	(2.124)	803.369
Despesas operacionais	<u>(234.281)</u>	<u>(104.499)</u>	<u>(5.616)</u>	<u>(663.777)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	96.920	50.412	(7.740)	139.592
Resultado financeiro	<u>(11.916)</u>	<u>(38.024)</u>	<u>7</u>	<u>(49.933)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>85.004</u>	<u>12.388</u>	<u>(7.733)</u>	<u>89.659</u>

c) Origem das receitas para os segmentos

	Consolidado - IFRS e BR GAAP	
	31/12/12	31/12/11
Editora:		
Vendas para o mercado	326.411	292.489
Vendas para o governo	143.907	208.888
Minha Biblioteca	77	-
	<u>470.395</u>	<u>501.377</u>
Varejo:		
Lojas físicas	1.014.663	924.488
Comércio eletrônico	494.053	517.333
	<u>1.508.716</u>	<u>1.441.821</u>
Total	1.979.111	1.943.198
Eliminações	<u>(55.526)</u>	<u>(54.231)</u>
	<u>1.923.585</u>	<u>1.888.967</u>

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Editora e o Varejo adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro, são assim demonstradas:

	31/12/12	31/12/11
Lucros cessantes	45.000	45.000
Incêndio - importância máxima	55.000	54.535
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima	1.025	1.025